ENTRONCAMENTO, 11/12/2009

Manuel Alegre

Sou um militante do Partido Socialista. E sou, como se sabe, um homem de esquerda. Mas sou, acima de tudo, um português preocupado com a sua pátria, palavra que gosto de dizer e que escrevo desde o meu primeiro livro, porque sempre entendi que não devíamos deixar que a ditadura do Estado Novo dela se apropriasse.
A sociedade portuguesa está dividida e crispada. A desconfiança e a descrença imperam. A maledicência, a suspeita e o insulto substituíram o debate de ideias e projectos. Deixou de haver um sentimento de esperança, um golpe-de-asa, um desígnio maior que una e crie harmonia entre os portugueses.
Sobram o sectarismo e a mesquinhez, faltam a generosidade e a grandeza necessárias para nos unirmos em torno de um propósito comum.
Sem truques, sem falsas ilusões, mas também sem descrença e fatalismo.
Acima dos sectarismos, das corporações, dos clubes, dos lobbies, das capelinhas e interesses particulares, está a democracia e está Portugal, está a crença em valores comuns, na qual acredita a maioria dos portugueses: os valores da decência e do trabalho honesto, da liberdade e da confiança nas nossas instituições, da justiça e da fraternidade, e da absoluta necessidade de sermos capazes de construir uma prosperidade equitativamente partilhada, ao alcance e para benefício de todos os portugueses.

Os portugueses estão cansados dos profetas da desgraça, daqueles que estão constantemente a decretar o fim iminente de Portugal. Há quem faça disso, em Portugal, uma profissão. Há quem deva o seu estatuto entre nós ao facto de estar constantemente a passar atestados de doença terminal à democracia e ao nosso país.
Mas nada disto é novo. Profetas da desgraça já houve muitos, em todas as épocas da nossa história. E, no entanto, passaram mais de oito séculos e ainda cá estamos.
Portugal é uma magnífica obra da vontade humana. E enquanto for essa a vontade do nosso povo, Portugal continuará a existir. Mesmo contra a vontade de alguns grandes interesses privados, que em vários momentos da nossa história foram “entreguistas”.
Eu não tenho dúvidas sobre a força dessa vontade do nosso povo. Olho à minha volta e vejo patriotas. Vejo gente com vontade de dar a volta a isto. Gente com esperança, que não se conforma e que está disposta a lutar por um país melhor, de que nos orgulhemos e que possamos legar aos nossos filhos, um país mais justo e mais fraterno, mais próspero e mais decente do que o país em que vivemos hoje.
E de onde vem essa força? Vem de dentro de cada um de nós. A nossa força – a força de Portugal – vem do poder dos cidadãos.
- Vem das pequenas e médias empresas que constituem a espinha dorsal da nossa economia, do nosso tecido produtivo, criando riqueza e garantindo a maioria dos empregos do sector privado;
- Vem dos empresários que apostam na inovação, na qualificação e que não abdicam da sua responsabilidade social, pautando a sua actividade económica pela exigência da ética nos negócios e pelo estrito respeito da Lei;
- Vem dos nossos trabalhadores, que podem ser os mais produtivos da Europa (como acontece com os nossos emigrantes no Luxemburgo);

- Vem dos nossos professores – sobretudo do ensino público –, de quem esperamos que eduquem os nossos filhos e netos com rigor e exigência, em nome não das estatísticas, mas da igualdade de oportunidades e do imperativo de formar cidadãos cultos e preparados;
- Vem dos nossos funcionários públicos, que servem o Estado, pagam os seus impostos e merecem ser considerados, em vez de serem apontados como o bode expiatório de todos os males deste país;
-Vem dos médicos, enfermeiros e auxiliares que, por vezes em situações muito difíceis, trabalham pelo Serviço Nacional de Saúde;
- Vem da nossa velha e experiente diplomacia, sempre capaz de colocar Portugal, graças à sua história, língua e cultura, acima do seu peso em termos económicos e demográficos;
- Vem das nossas forças armadas, a quem devemos a restituição da liberdade e da democracia, cuja história e tradição praticamente não têm par em países de semelhante dimensão, e que hoje, para além da defesa da soberania, através das missões no estrangeiro, emprestam credibilidade e consistência à nossa política externa;
-Vem de movimentos e organizações de voluntariado que todos os dias combatem a pobreza nos seus aspectos mais extremos;
-Tem de vir da nossa justiça, de uma justiça independente, imune às pressões, tanto do poder político e económico como das tentações corporativas, uma justiça que garanta a separação de poderes, que restaure a credibilidade das instituições, que permita o funcionamento da economia e que devolva aos portugueses a convicção de que vivemos num Estado de direito, em que há absoluta igualdade dos cidadãos perante a lei.

Esta é a nossa gente. Estes são os problemas concretos das pessoas concretas do nosso país. É neles que é preciso pensar. Sobretudo nos que mais precisam: nos desempregados, nos que se encontram em trabalho precário, nos reformados, nos deserdados da vida, nos jovens, mesmo os melhores, que estão desencantados e sem perspectivas. É para eles e sobre eles que se deve debater na AR, com uma cultura democrática de negociação, da parte de todos, governo e oposições. Não há problema em haver discussões fortes no parlamento. Isso é próprio da democracia. E sempre é melhor um parlamento em que se discute do que não haver parlamento nenhum ou então a caricatura que havia na ditadura. Simplesmente: na situação actual é bom que se discuta o que merece ser discutido.
A crise mundial está longe de estar resolvida. As grandes instâncias mundiais, OCDE, Banco Mundial, FMI, Banco Central Europeu, parecem mais empenhadas em preservar o sistema que provocou a crise do que propriamente em resolvê-la. O Mundo está sem modelo.
É incompreensível que perante a falência da ideologia neoliberal, as forças de esquerda na Europa não sejam capazes de encontrar novas soluções e novos caminhos ou, pelos menos, de defender o Estado Social que é a sua principal criação. Portugal tem a sua própria crise, agravada pela crise mundial. Os tempos estão difíceis. E podem vir tempos piores. Tempos que exigem coragem, verdade e imaginação.
Será que as esquerdas do nosso País, para além das diferenças dos seus projectos, não serão capazes de fazer um esforço para encontrarem um denominador comum à volta das questões essenciais como as políticas públicas, na educação, na saúde, na segurança social, na fiscalidade, na repartição dos rendimentos, enfim, no respeito pelos direitos sociais consagrados na Constituição?

Será que, tal como em outros períodos históricos, nomeadamente o 25 de Abril, não seremos capazes de ser de novo precursores e descobrir novos caminhos que dêem outro sentido à democracia e outra esperança aos portugueses?

Este é tempo de repor o primado da política e da solidariedade sobre os egoísmos e os grandes interesses.

Este é tempo de uma nova atitude, um novo sentido da responsabilidade e de novas respostas sociais, éticas e políticas. Para que o agravamento da crise, o aumento do desemprego, das desigualdades e das tensões sociais não venha a afectar-nos a todos e a suscitar a questão da própria legitimidade do sistema político.

O que hoje se pede aos políticos não é que se refugiem no silêncio, nem em habilidades tácticas ou querelas artificiais. O que se lhes pede é verdade, sentido da responsabilidade, vontade de mudança.

Para além das diferenças, há um objectivo que deve unir todos os portugueses: esse objectivo é Portugal.

Esse combate vale a pena e chama por nós. Para mudar, não para que tudo continue na mesma. Basta ter esperança e acreditar no nosso poder, no poder dos cidadãos. Porque Portugal não é só de alguns, Portugal é de todos.